

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DA ANAFRE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS

Ponta Delgada, 23 de novembro de 2019

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Em primeiro lugar, permitam-me que faça uma referência à feliz decisão, que não é inédita e que se insere numa tradição meritória da ANAFRE de proceder à prática da descentralização e de realizar reuniões aqui também na Região Autónoma dos Açores.

Isso tem um significado que vai bem para além daquele que é apenas o funcionamento dos órgãos próprios da ANAFRE. Dá também nota de uma visão que consideramos meritória e importante, de ter em conta aquela que é a realidade múltipla do nosso país para além do continente, onde se incluem, naturalmente, as Regiões Autónomas.

Para o Governo dos Açores, é um gosto poder estar hoje aqui convosco na sessão de encerramento desta reunião do Conselho Geral da ANAFRE, na medida em que isso permite também evidenciar esta cooperação que tem sido uma constante ao longo do tempo entre dois níveis de poder, entre dois níveis de organização do Estado português e que, aqui nesta cerimónia, de forma simbólica, também pode ser testemunhada.

Em segundo lugar, permitam-me que realce aquele que é o papel e aquela que é a intervenção que todos os senhores autarcas de freguesia - e, de forma particular, os senhores presidentes das Juntas de Freguesia da Região Autónoma dos Açores -, que têm desenvolvido um trabalho profícuo e fértil em resultados para as populações dos Açores, de estabelecer um conjunto de parcerias com o Governo dos Açores. Parcerias que, à semelhança do que aconteceu já esta manhã na freguesia de Ginetes, aqui no concelho de Ponta Delgada, vão desde a área da ação social, em concreto da habitação, mas que, no nosso caso, vão bem para além disso.

Incidem em áreas que, para além da social, dizem respeito ao ambiente, à rede viária, enfim, a um conjunto variadíssimo de áreas nas quais a parceria produtiva que se estabelece com o Poder Local e, em concreto, com as Juntas de Freguesia, é condição essencial, na nossa perspetiva, para que os resultados apareçam, para que esses resultados cheguem de forma mais rápida, mais eficaz, mais direta àqueles que são os seus principais destinatários.

É por isso que nós, para além de todo um trabalho que tem a ver com o apoio à formação, o apoio à sensibilização para um quadro legislativo próprio que deriva da nossa realidade como Região Autónoma e de existência de autonomia política, de um Parlamento regional, de um Executivo regional, consideramos que essa componente, substantiva e material, de parceria com as autarquias locais e, em concreto, com as Juntas de Freguesia, é efetivamente um aspeto fundamental no funcionamento da globalidade da nossa Autonomia.

Por isso, não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para salientar os efeitos e os resultados que este trabalho de cooperação tem proporcionado para os Açorianos. E quando muitas vezes se coloca, e bem, a questão relativa à descentralização de

competências, à delegação de competências, nós não podemos esquecer o amplo e profícuo trabalho que, dentro de um enquadramento próprio, onde a cooperação entre o Poder Regional e o Poder Local vem já sendo desenvolvido, no caso dos Açores, há muitos anos com resultados que nos parecem evidentes, claros e, sobretudo, positivos, em benefício das comunidades que, de uma forma mais direta nas freguesias, mas também o poder regional, o Governo Regional, pretende servir e pretende concretizar.

No caso concreto da Região Autónoma dos Açores, eu gostaria de reiterar e realçar essa disponibilidade, porque entendemos que, para além desta parceria que já se desenvolve dentro deste quadro global, é possível, é desejável termos também uma abordagem à questão da descentralização de competências.

O Governo dos Açores está pronto para encetar este trabalho, que não dispensa obviamente, aliás tem como pressuposto essencial, o entendimento que as Juntas de Freguesia têm daquilo que pode ser o potencial que esse processo de descentralização assume também aqui na Região Autónoma dos Açores.

Temos um quadro temporal que é inerente ao facto de estarmos no último ano de uma legislatura, mas certamente que será possível encetar esse trabalho, desenvolver esse trabalho dentro daquilo que tem sido, à semelhança do processo de colaboração que referi anteriormente, a procura de soluções próprias, de soluções específicas da Região Autónoma dos Açores e acredito que esta área oferece uma margem de progressão e uma margem de desenvolvimento bastante considerável e bastante assinalável.

Não se trata propriamente de lançar o repto ou de aceitar o repto. Trata-se, no fundo, de encararmos esta como uma das áreas em que esse trabalho de cooperação, esse trabalho de parceria pode ser aprofundado, pode ganhar um outro formalismo, pode ganhar um outro tipo de consagração, até legal, que leve a que, em resultado e em benefício das comunidades que existem nos Açores e das freguesias açorianas, possa efetivamente ganhar esta concretização.

Matérias como o ambiente, o turismo são matérias que proporcionam esse aprofundamento. Estas e não só, porque trabalhamos para um objetivo comum dentro daquelas que são as áreas de competência de cada uma das instituições e de cada um dos órgãos que nos cabe temporariamente titular, mas este objetivo final é um objetivo final que, independentemente das formas como o poderemos concretizar e alcançar, tem sido desenvolvido.

Da nossa parte, por aquele que é o registo histórico do sucesso desta parceria, não hesito em considerá-lo dessa forma. O sucesso desta parceria que tem sido possível entre os órgãos de Poder Regional e os órgãos de Poder Local e, em concreto, as freguesias. Temos todas as condições para o aprofundar, temos todas as condições para o elevar a um novo patamar que possa servir os interesses de ambas as instituições, o mesmo é dizer que possa servir os interesses das comunidades que pretendemos servir.

Gostaria de aproveitar também esta oportunidade para salientar um outro aspeto que me parece fundamental e importante nestes tempos em que vivemos e que não pode ser descurado face à emergência de fenómenos como o extremismo e o radicalismo de algumas posições políticas que aqui e ali vão surgindo na nossa sociedade.

O papel dos autarcas, o papel dos presidentes de Junta de Freguesia, o papel daqueles que estão numa proximidade mais efetiva face às populações que servem não se resume apenas ao contacto mais direto com as realidades e com as solicitações económicas e sociais das comunidades que servimos.

Os autarcas de freguesia são também - importa referi-lo e realçá-lo - a primeira barreira, a linha da frente deste combate pela vitalidade da nossa Democracia, pela sobrevivência e pelo fortalecimento da nossa Democracia.

Este papel deve ser realçado porque, efetivamente, é isso que também está em causa quando, no âmbito das suas atuações, são confrontados de forma mais direta e imediata com aquelas que são as necessidades, em alguns casos as incompreensões, porque elas também existem, por parte do funcionamento ou que resultam do funcionamento e das dinâmicas sociais em que nos inserimos.

Este papel dos autarcas como linha da frente na cultura e no cultivo de uma maior proximidade, da vitalidade da nossa Democracia, pode e deve ser realçado também aqui. E este é um papel que não é delegável a qualquer outra entidade. Ele existe na exata medida em que existem as Freguesias, ele existe na exata medida em que existem os nossos autarcas.

Realçar esse papel, chamar a atenção também para essa componente, que vai para além da resposta mais concreta e objetiva em relação às necessidades das comunidades que servimos, mas que se insere numa perspetiva mais global da vitalidade e do próprio funcionamento do nosso sistema democrático, não pode deixar de ser realçado hoje aqui.

Gostaria de fazê-lo porque gostaria de chamar a atenção para essa componente, ou seja, termos também uma perspetiva no funcionamento do Estado e no fortalecimento da nossa Democracia. Não apenas o facto de os autarcas serem a linha da frente da resposta às necessidades das populações, mas constituírem também a linha da frente da vitalidade e da defesa da nossa Democracia quanto a fenómenos espúrios que vão acontecendo, também no nosso país - é importante reconhecê-lo -, e que têm também nas freguesias e nos autarcas protagonistas essenciais para o combate a esses fenómenos, para a vitalidade da nossa Democracia, para o seu fortalecimento, para, no fundo, o seu funcionamento.

Bem hajam pela vossa decisão de realizar esta reunião hoje aqui. Com toda a imparcialidade e objetividade, os Açores são talvez dos melhores sítios do nosso país para se ter uma reunião destas. Bem hajam por terem decidido realizar esta reunião aqui, porque, ao fazê-lo, dão também uma nota muito clara daquilo que significa a coesão nacional que, no trabalho quotidiano dos órgãos políticos, no trabalho quotidiano daquilo que significa a atuação das instituições, tem efetivamente essa componente, mas também daquilo que é o papel de instituições como a ANAFRE, que reúne todos os autarcas de freguesia do nosso país, que acabam também por evidenciar e ter o simbolismo próprio desta decisão e de trabalhar para esta coesão que todos procuramos cultivar e fortalecer.

Termino esta minha intervenção com uma referência especial à Delegação Regional dos Açores da ANAFRE e ao seu Coordenador, o senhor Jaime Rita, pelo trabalho que têm desenvolvido, pelo trabalho que todas as autarquias dos Açores e, em especial, as Juntas de Freguesia têm desenvolvido no progresso e no desenvolvimento da nossa terra.

O Governo Regional pode, o Governo da República pode ter medidas, ter políticas, ter ações, ter programas, mas, se não tivéssemos a colaboração efetiva, o empenho e a dedicação que está acima e vai para além daquilo que é o relacionamento institucional, mas que, em muitos casos, veste plenamente esta camisola de prover ao desenvolvimento e à satisfação das necessidades das comunidades que servimos, não seria a mesma coisa. Ficaria muito aquém daquilo que é hoje.

Um bem-haja também aos autarcas dos Açores, aos presidentes de Juntas de Freguesia dos Açores por este trabalho de ajudarem, de colaborarem, de cooperarem nesta entusiasmante tarefa de prover ao desenvolvimento da nossa terra.

Muito obrigado pela vossa atenção.